

AS PERSPECTIVAS DE ATINGIDOS POR HIDRELÉTRICAS: O CASO DA CONSTRUÇÃO DA USINA DE GARIBALDI

*Eliane Salete Filippim¹,
João Paulo Mocelin²,
Augusto Fischer³,
Rógis Juarez Bernardy⁴.*

RESUMO:

Historicamente, no Brasil, as políticas destinadas à produção de energia tem focado a hidroeletricidade, provocando deslocamentos de famílias e mudanças nos municípios onde os empreendimentos são inseridas. Neste sentido, este estudo visou investigar quais foram às mudanças ocorridas a partir da implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Garibaldi na percepção dos atingidos e de outros atores envolvidos. A pesquisa partiu de uma revisão bibliográfica sobre a temática, para, em seguida realizar observação de campo e entrevistas com a finalidade de capturar as percepções e os sentimentos dos atores envolvidos. Como resultados, observou-se que houve a princípio um sentimento de tristeza que acometeu os atingidos, sobretudo pela perda de sua relação com a terra onde nasceram e com os vizinhos, mas que foi sendo substituído por uma aceitação da nova situação. Os demais atores envolvidos tenderam a apontar os aspectos positivos do empreendimento, sobretudo aqueles ligados ao crescimento econômico. Ressalta-se a oportunidade para a realização de estudos complementares para acompanhar os novos desdobramentos deste caso.

Palavras chave: Hidrelétrica; Atingidos; Deslocamentos humanos.

ABSTRACT:

Historically, Brazil, policies for energy production has focused on hydroelectricity causing displacement of families and changes in the counties where the projects are inserted. Therefore, this study aimed to investigate which were the changes that occurred since the implementation of the Hydroelectric Power Plant (HPP) of Garibaldi in the perception of achieved and other players involved. The research started with a literature review about the theme, to then perform field observation and interviews in order to capture the perceptions and feelings of the players involved. As results, it was observed that there was at first a sense of sadness that fastened those achieved, especially the loss of their relationship with the land of their birth and the neighbors, but that was replaced by the acceptance the new situation. The other players involved tended to indicate the positive aspects of the project, especially those linked to economic growth. It is highlighted the opportunity to conduct complementary study for keep up with new ramifications in this case.

Keywords: Hydroelectric Power Plant; Achieved; human displacements.

¹ Pós-doutora em Administração Pública e Governo. Professora do Mestrado Profissional em Administração da Unoesc. E-mail: eliane.filippim@unoesc.edu.br

² Graduado em Administração, auxiliar de pesquisa. E-mail: joaopaulomocelin@yahoo.com.br

³ Doutor em Administração (USP). Professor e Pesquisador. E-mail: augusto.fischer@unoesc.edu.br

⁴ Doutorado em Engenharia Civil, Professor e Pesquisador do Mestrado Profissional em Administração da Unoesc. E-mail: rogis.bernardy@unoesc.edu.br

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A construção de usinas hidrelétricas gera, como todo empreendimento energético, impactos ambientais como o alagamento das áreas vizinhas, o aumento no nível dos rios e impactos sobre a fauna e flora. Outro fator gerador de consequências é sobre as comunidades humanas provocando, muitas vezes, deslocamentos e mudança no modo de vida da população das áreas atingidas.

Neste sentido, este estudo teve por finalidade investigar quais foram às mudanças ocorridas a partir da implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Garibaldi, na visão dos envolvidos que residem no município de Abdon Batista, Santa Catarina (Brasil). Buscou-se verificar ainda, quais têm sido as práticas compensatórias adotadas pelo consórcio responsável pela construção da obra.

Estudos sobre a viabilidade energética na Bacia do Rio Uruguai vêm apontando os critérios básicos de eficiência econômica e energética, bem como a minimização dos impactos ambientais negativos (RIMA, 2008). Estes estudos apontam a viabilidade e estabelecem os critérios para minimizar os impactos negativos deste tipo de obra.

A UHE Garibaldi, está sendo construída desde 2011 no Rio Canoas, entre os municípios de Abdon Batista e Cerro Negro, em Santa Catarina. O empreendimento será o de maior impacto direto ambiental, econômico, social e cultural de todas as unidades já implantadas na Serra Catarinense (RIMA, 2008). A nova hidrelétrica, quando em plena capacidade, deve gerar energia suficiente para abastecer 500 mil habitantes (RIMA, 2008).

Abdon Batista é um município de pequeno porte, possui uma população de 2.726 habitantes, distribuída entre a sede do município e comunidades rurais. Muitos de seus habitantes estão sendo afetados, direta ou indiretamente, pela construção da UHE Garibaldi, obrigando-se a procurar novas propriedades ou novo local de trabalho: é o chamado deslocamento compulsório. Como se trata de um município no qual a principal atividade econômica é a agricultura, a mudança para novas terras acarreta transtornos consideráveis. Além deste fator, a maioria das pessoas habita neste lugar desde que nasceu. Portanto, trata-se de uma mudança impactante para a população de Abdon Batista, atingida pela UHE Garibaldi e afeta desde fatores afetivos, psicológicos, atividades comerciais, infraestrutura, entre outros.

Tendo em vista a problemática da investigação sinteticamente delineada, o objetivo geral da pesquisa foi descrever e analisar as percepções sobre as mudanças para a comunidade atingida geradas pela construção da UHE Garibaldi, no município de Abdon Batista (SC).

Este estudo tem as seguintes partes: após esta breve introdução, estão descritos os procedimentos metodológicos adotados, depois apresenta-se a revisão de literatura, em seguida o caso propriamente dito e, por fim, as considerações finais.

2 A METODOLOGIA DA PESQUISA

Este é um estudo que se enquadra na abordagem da pesquisa qualitativa, que abrange, segundo Minayo (1999), um universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes, o que absorve particularidades como sentimentos e motivações individuais. Foi utilizada a entrevista semiestruturada que, para Minayo (2000), abrange perguntas fechadas (estruturadas) e perguntas abertas, nas quais o entrevistado pode expressar sua percepção sobre o tema proposto, sem respostas pré-fixadas pelo pesquisador. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, valorizando o relato oral dos envolvidos, apresentando, assim, as suas experiências vividas, além de demonstrar seu envolvimento no processo da instalação da UHE Garibaldi. As gravações foram consentidas pelos entrevistados. A entrevista semiestruturada foi aplicada de forma individual (por família), seguindo um roteiro de questões guias.

Trata-se de um estudo de caso, do tipo caso único, focalizado na construção da UHE Garibaldi, sob o ponto de vista de moradores de comunidades atingidas do município de Abdon Batista. O estudo de caso segundo Gil (2002) é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências sociais que consiste em debruçar-se sobre um determinado fenômeno muito particular.

Utilizou-se, para este estudo de caso, da pesquisa descritiva e exploratória que teve por finalidade dar familiaridade aos pesquisadores sobre o tema, sendo que *estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias [...] e envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos* (SELLTIZ *et al.*, 1967, p.63).

Como técnicas de coleta de dados foram usados os elementos que envolvem o levantamento bibliográfico e as entrevistas.

Depois de realizada a pesquisa bibliográfica, partiu-se para a pesquisa exploratória utilizando-se como técnica de coleta a entrevista semi-estruturada, recomendada para estudos de campo: *[...] a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo* (GIL, 2002).

Foram realizadas 16 entrevistas com agentes envolvidos no processo da construção da hidrelétrica. O primeiro passo para determinar quem entrevistar foi identificar estes atores como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1: Os atores envolvidos na construção da UHE Garibaldi

Ator envolvido	Função no processo
Empresas envolvidas na construção da UHE Garibaldi	Construção da obra; indenizações
FATMA, IBAMA	Fiscalização
MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)	Lutar pelos direitos dos atingidos
Atingidos	Afetados com a construção da UHE Garibaldi
Comerciantes	Vendas, Suprimentos.
Prefeitura	Infraestrutura, Melhorias para a comunidade.

Fonte: Dados da pesquisa.

Embora a implantação da UHE Garibaldi vá além do município de Abdon Batista, o procedimento de coleta de informações se ateve apenas a esse município. Buscou-se manter uma representatividade dos diferentes atores envolvidos, ficando as entrevistas assim distribuídas: 9 Famílias de áreas indenizadas, sendo 7 com indenização total e 2 com indenização parcial; 2 não proprietários: sendo eles empregados e arrendatários; 1 Liderança política local; 3 Empreendedores, comerciantes locais; 1 Responsável pela obra de construção da UHE Garibaldi.

O trabalho de campo destinado à realização das entrevistas e à observação direta se deu em dois momentos, para melhor capturar as percepções, sendo o primeiro em novembro de 2012 e o segundo em março de 2013. Foram realizadas 16 entrevistas com agentes envolvidos no processo de construção da UHE Garibaldi. Os entrevistados foram identificados neste artigo com a nomenclatura: I1= Indenizado Total; I2= Indenizado Parcial; I3= Indenizado Total; I4= Indenizado Total; I5= Indenizado Total; I6= Indenizado Total; I7= Indenizado Total; I8= Indenizado Total; I9= Indenizado Parcial; C1= Arrendatário ganhador de Carta de Crédito; C2= Trabalhador ganhador de Carta de Crédito; E1= Comerciante local; E2= Comerciante local; E3= Comerciante local; P1= Agente Público Municipal; B1= Funcionário da Empresa construtora da hidrelétrica. Os dados foram tratados por meio da sua reflexão em relação à bibliografia.

3 A PROBLEMÁTICA DA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NO BRASIL

A mais antiga barragem que se tem registro em território brasileiro foi construída no Recife (PE), possivelmente no final do Século XVI, sendo que a maioria das grandes barragens do Brasil, pela classificação da Comissão Internacional de Grandes Barragens, Ano XVI– v. 28 n° 3/2013

(CIGB, 2011) encontra-se na Região Nordeste. Porém com a construção de Belo Monte e Girau, o Norte terá maior área alagada. As primeiras hidrelétricas do Brasil foram, na sua maioria, iniciativa de empresas privadas internacionais. Com o aumento significativo da demanda é que o Estado passou a empreender nesta área. Getúlio Vargas regulamentou o aproveitamento e a propriedade das quedas d'água e, em 1934, promulgou o Código de Águas (Decreto n° 24.643, de 10 de julho), regulamentando o setor de energia elétrica. Com esse decreto e o cancelamento da cláusula que protegia as empresas concessionárias dos efeitos da desvalorização da moeda nacional, houve um desencorajamento dos investidores do setor elétrico (SILVA, 1997).

Em 1960, devido à política de restrição tarifária iniciada pelo Código de Águas que incluiu o não reconhecimento de remuneração de capital empregado em obras de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a capacidade instalada no território nacional era de apenas 5.000 MW, dos quais 3.700 MW provinham de hidroelétricas (MELLO, 2011).

A instalação de hidrelétricas foi incentivada por dois fatores: pela ampliação dos processos industriais de bens duráveis (fabricação) e pela ampliação da urbanização (infraestrutura e consumo), nos anos 50 e 60, do século XX.

Na década de 1970, o Brasil alcançou os maiores índices de crescimento econômico com o aumento da produção industrial. Este processo demandou aumento no consumo energético e conseqüentemente a necessidade de construir novas hidrelétricas. A opção pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, na época, foi definida pelas vantagens que as hidrelétricas apresentavam frente às demais fontes geradoras de energia (principalmente o carvão) por ser esta fonte relativamente barata, com potencial poluidor menor, e grande disponibilidade de recursos hídricos (SILVA, 1997).

Em 2000, o perfil do mercado de energia brasileiro apresentava 65,23% de participação privada, englobando o que já era privado e o que foi privatizado a partir de 1995. Apesar da capacidade de geração de energia não estar atrelada ao tamanho do reservatório, boa parte das hidrelétricas necessita de um reservatório de água para que possa haver a geração de energia. A Tabela 2 apresenta os maiores reservatórios de hidrelétricas brasileiras.

Tabela 2 - Maiores Reservatórios

Barragem	Área (km ²)	Volume (km ³)	Extensão (km)
Sobradinho	4.214	34	350
Tucuruí	3.007	50	170
Balbina	2.360	17	225
Porto Primavera	2.250	20	250
Serra da Mesa	1.784	54	116
Itaipu	1.350	29	170

Fonte: Mello (2011).

A implantação das usinas hidrelétricas foi favorecida pelo conjunto das dimensões geográficas e pelas condições hídricas favoráveis do território brasileiro, levando a investimentos vultosos na sua implantação. Atualmente a hidroeletricidade é a base do suprimento energético do Brasil, produzido por usinas de grande porte, representando cerca de 93% do potencial energético do país.

Houve uma alteração na legislação em 2004 mantendo o processo de licitação para realização de novos projetos, mas tornando-se vencedor aquele que apresentasse a menor tarifa. Todo o planejamento para a privatização, alterações operacionais e licitações para concessões têm sido processado pela ANEEL. Para o planejamento do setor elétrico, foi criada uma empresa pública federal: a EPE, Empresa de Pesquisa Energética (MELLO, 2011). Mesmo assim, estes mecanismos de regulação e controle não conseguem revisar a questão do custo da energia elétrica, que, no Brasil é uma das mais caras do mundo. Em meados de 2011, a tarifa média para a indústria no Brasil era de R\$ 329/MWh, 134% superior à média das tarifas industriais dos outros países do BRIC, Brasil, Rússia, Índia e China (MELLO, 2011).

O sistema elétrico brasileiro é baseado na geração hídrica interligada. Esta configuração tem proporcionado ganhos em termos de disponibilidade de energia. Mas por outro lado apresenta desigualdades na distribuição dos custos e dos benefícios entre as regiões que recebem os empreendimentos de geração e transmissão para com os grandes centros consumidores receptores da maior parte da energia. Em alguns casos as regiões exportadoras de energia não são contempladas com o pleno acesso à rede elétrica (MME, 2007).

A população afetada é outra questão presente no debate sobre a construção de usinas hidrelétricas desde a década de 1970, quando a mobilização das populações afetadas pelo reservatório da usina de Itaipu, cerca de 40.000 pessoas, deu origem ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Nesta época, o remanejamento de famílias era visto como um procedimento necessário para liberar a área inundada, e que deveria ser realizado da maneira mais rápida e menos dispendiosa possível (CME, 2009).

Ainda há uma grande dificuldade de condução da questão socioambiental em relação aos empreendimentos hidrelétricos, o que torna os processos de obtenção das licenças ambientais mais complexos, e aumenta a incerteza e os riscos associados aos custos e prazos para a implantação desses projetos (MME, 2007).

Alguns destes custos são cobertos por meio de compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos para geração de energia, que é paga para os municípios com áreas alagadas pelos reservatórios das hidrelétricas, sendo calculada em função da energia gerada e distribuída proporcionalmente à área inundada.

O Plano Nacional de Energia 2030 estabeleceu diretrizes para a expansão da oferta de energia elétrica. Considerando o potencial hidroelétrico existente nas diversas bacias hidrográficas do território nacional (261 GW), o PNE 2030 sinaliza que a energia hidráulica deverá continuar tendo papel preponderante no atendimento ao crescimento da demanda de energia elétrica no país, com crescimento projetado de cerca de 120 % no período de 2005 a 2030 (MME, 2007).

Nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul grande parte do potencial já se encontra em fase de aproveitamento ou já foi inventariado, restando uma parcela pequena a ser mais bem avaliada, sinalizando para o esgotamento dos potenciais viáveis para aproveitamento hidrelétrico no médio prazo. Nas regiões Centro-Oeste e Norte estão localizados os potenciais mais significativos já inventariados e a estudar, totalizando cerca de 70% do potencial hidrelétrico remanescente. O aproveitamento do potencial existente nessas regiões passa a ser fundamental para a expansão da oferta da hidroeletricidade.

Do ponto de vista social uma das principais questões, é o deslocamento e reassentamento das comunidades que residem nas regiões alagadas. Esta preocupação levou à criação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que é um movimento popular e cujo objetivo é organizar os atingidos pela construção de barragens para a defesa de seus direitos (FOSCHIERA, 2009).

As usinas hidrelétricas apesar de gerarem energia, também geram impactos adversos em diferentes situações. Provocam danos ambientais e deslocamentos de populações de comunidades inteiras. Além disso, as florestas submersas produzem gases que agravam o efeito estufa (MONTTOIA, 2007).

Com o início da construção de grandes usinas em várias regiões do país não havia uma proposta de indenização adequada às famílias desalojadas. Consequência disso foi a simples expulsão de milhares de famílias de suas terras e casas, a maioria sem ter para onde ir, o que

gerou insatisfação e fez surgir vários focos de resistência. Os principais locais de luta foram: Tucuruí (PA), Itaipu no Sul, Sobradinho e Itaparica no Nordeste e, mais adiante, Itá e Machadinho também na região Sul. A principal reivindicação dos atingidos era indenização justa (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2012).

Os atingidos pela UHE Itá conquistaram um acordo sobre a construção de reassentamentos coletivos em 1987, que é referência até hoje para a luta por reassentamentos. Mesmo assim, a forma de indenização dos atingidos ainda é bastante diversa, variando de obra para obra. Algumas empresas optam apenas por indenizações em dinheiro e cartas de crédito, enquanto outras promovem reassentamentos individuais e coletivos (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2012).

No que se refere aos aspectos sociais, à construção de usinas hidrelétricas, causa grandes impactos, para as populações ribeirinhas que são inevitavelmente atingidas pela formação do reservatório. As usinas hidrelétricas construídas no Brasil inundaram mais de 34.000 km² de terras para a formação dos reservatórios, e com isso provocando o deslocamento forçado de cerca de 200 mil famílias (BERMANN 2007).

São vários os impactos sociais decorrentes das construções de hidrelétricas variando desde o deslocamento forçado das populações até a perda dos valores culturais da mesma e

são identificados como impactos sociais o deslocamento forçado de populações [...]; perda de cultura e atividades tradicionais [...]; surgimento de doenças provocadas pelo aumento de populações de vetores [...]; alteração cultural e distúrbios sociais decorrente do grande fluxo de trabalhadores que, durante curto período de tempo, trabalham nas obras de engenharia ou em razão do estabelecimento de novas populações (AZEVEDO, 1999, p.277-278).

Muitas usinas hidrelétricas são instaladas em espaços onde habitam populações cujas formas de subsistência se davam por meio da pesca e da lavoura e ocupando os espaços social e cultural de proprietários, arrendatários, posseiros, assalariados entre outros (BERMANN, 2007). Outro ponto importante é a dificuldade que os interessados no processo de tomada de decisão têm em participar e fazer valer sua visão sobre a instalação, ou não, da obra. O envolvimento da sociedade nas questões de instalação da hidrelétrica é limitado, ou algumas vezes inexistente (BERMANN, 2007).

Determinados impactos são irreversíveis, outros a própria natureza em conjunto com as ações humanas positivas se encarrega de restaurar. Portanto, o razoável é viabilizar projetos que produzam energia para o desenvolvimento econômico, com ampliação da oferta de empregos e melhoria da qualidade de vida da população, proporcionando mínimos impactos socioambientais (VECCHIA, 2012).

4 O CASO EM ESTUDO: A UHE GARIBALDI E A PERCEPÇÃO DOS ENVOLVIDOS

A população rural representa em torno dos 30% na maioria dos municípios da bacia do Rio Uruguai, mas nos municípios menores, a proporção da população rural é ainda maior. Observou-se no local de pesquisa que a característica principal da região desta bacia é agrícola de base na produção familiar.

Como Locateli (2009) apresenta a bacia do Rio Uruguai tem grande potencial hidrelétrico e os estudos feitos apontaram 23 possíveis pontos de construção e usinas. Nesta bacia já foram construídas sete grandes hidrelétricas: Usina Hidrelétrica de Passo Fundo, UHE Ita, UHE Machadinho, UHE Barra Grande, UHE Campos Novos, UHE Monjolinho e UHE Foz do Chapecó. Vários outros projetos estão em processo de liberação e implementação e, na bacia do Rio Uruguai, o plano inicial do governo federal é a construção de 23 grandes hidrelétricas.

A Tabela 3 apresenta as formas de indenizações praticadas pelas empresas responsáveis pelas construções das usinas hidrelétricas de Itá, Machadinho, Barra Grande e Campos Novos. O uso do reassentamento que é a maior conquista dos atingidos está em processo de diminuição, ou seja, ao invés das empresas buscarem um local adequado para realocar as famílias atingidas, elas estão optando por outros meios de indenização que para elas [empresas] são de custo menor.

Tabela 3: Formas das indenizações na bacia do Rio Uruguai

Forma de Compensação	Ita	Machadinho	Barra Grande	Campos Novos
Indenização	3.260	873	959	449
Carta de Crédito	458	796	249	167
Reassentamento	444	450	450	193
Remanescente	72	31	5	62
Outros	544	60	114	--

Fonte: MAB (2012)

A forma mais utilizada de compensação utilizada pelas empresas responsáveis pela construção é a indenização. A carta de crédito é o segundo meio mais utilizado para compensação, e consiste na concessão de uma carta, geralmente para quem trabalhava nas terras atingidas, para que o mesmo possa comprar um terreno em novo local. O reassentamento consiste na compra pela empresa responsável de um novo terreno no qual realoca as famílias.

A hidrelétrica de Garibaldi está em construção no Rio Canoas, situado na Bacia do Rio Uruguai, entre os municípios de Abdon Batista e Cerro Negro (Santa Catarina). A empresa ENGEVIX, detentora da concessão da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), foi quem levou o projeto ao leilão nacional. O consórcio vencedor do leilão da hidrelétrica de Garibaldi foi a Triunfo Participações, que adquiriu o direito de exploração pelo prazo de 30 anos, a contar da data do início da geração da primeira turbina, que deverá ocorrer até 30 de outubro de 2014 (RIMA, 2008).

A usina foi projetada para gerar 175 megawatts de energia. Seu reservatório atingirá também os municípios de São José do Cerrito, Campo Belo do Sul e Vargem, todos em Santa Catarina. O lago, gerado pela construção da barragem, será dimensionado numa área de 26,79 quilômetros quadrados e o eixo da barragem terá altura de 43 metros. Estudos da Desenvix (2002), indicam que 539 propriedades serão impactadas diretamente pelo empreendimento, em cinco municípios, em função da obra de edificação da hidrelétrica de Garibaldi que será implantada na localidade de Araçá, no Rio Canoas. A linha de transmissão da futura hidrelétrica será conectada a Subestação de Campos Novos e de lá será integrada no Sistema Elétrico Nacional (RIMA, 2008).

A justificativa e os argumentos socioambientais que a UHE Garibaldi utiliza para a implementação desta obra, estão enumerados no Relatório de Impacto Ambiental, elaborado pelas empresas Desenvix S/A. e a ETS LTDA (RIMA, 2008).

Uma série de diretrizes e recomendações foram apresentadas e organizadas no estudo de impacto ambiental. Elas são generalizadas para a bacia hidrográfica do rio Uruguai como um todo e específicas para o setor de construção da hidrelétrica. Com relação às recomendações referentes à construção da UHE Garibaldi acerca da questão do meio socioeconômico foram realizados,

levantamentos comparativos entre a qualidade de vida de famílias reassentadas com aquelas que não foram realocadas e ainda moram em áreas próximas aos reservatórios. Avaliação do comércio e serviços locais depois da remoção das famílias. Avaliação das alterações e melhorias na infraestrutura das localidades do entorno dos reservatórios. Avaliação das alterações e melhorias na infraestrutura social das cidades que servirão de apoio às obras. (RIMA, 2008).

Portanto, uma série de recomendações foram repassadas para a construtora Triunfo responsável pela construção, que vão desde melhorias na infraestrutura, ou seja melhorias nas estradas, pontes que dão acesso ao município, a construção de alojamentos, restaurante para funcionários que trabalham na obra, até levantamento posterior de como as famílias se adequaram, sejam elas reassentadas, ou aquelas que não foram realocadas ou ainda morando

em áreas próximas ao reservatório, visando a avaliação da qualidade de vidas dessas famílias antes da obra e após o empreendimento.

Um estudo da Fatma (2010) indica que 35% das propriedades atingidas pelo reservatório demandarão remanejamento de famílias para reassentamento e que 40% dos não proprietários não serão remanejados.

O Município de Abdon Batista tem sua economia baseada na agricultura, principalmente no plantio de milho, feijão soja e fumo. Além das tradicionais culturas agrícolas, os produtores rurais apostam em alternativas como a criação de gado, apicultura, plantio de moranga e morango, produção de leite, óleos essenciais e vinicultura. O comércio local também está em desenvolvimento (PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA, 2013).

As comunidades impactadas pela construção da UHE Garibaldi, foram formadas a partir de 1919, por famílias de descendentes de italianos, oriundas do Rio Grande do Sul, que chegaram até as margens do Rio Canoas, ao local que viria a se tornar município de Abdon Batista. Atualmente observa-se que estas pessoas enfrentam turbulência, tendo muitos que se mudar do lugar onde nasceram, cresceram e viveram até agora. Por causa da construção da UHE Garibaldi terão que se adaptar a novos lugares e, possivelmente, perder algo de suas raízes e laços comunitários.

No território deste município a Construtora Triunfo deu início a construção da UHE Garibaldi no primeiro trimestre de 2011, com previsão contratual de início de suas atividades operacionais em janeiro de 2015, conforme estabelecido no Contrato de Concessão (TRIUNFO, 2011). A empresa realizou o levantamento físico que serviu para identificar o que existe nas propriedades, como lavouras, pomares, pastagens e construções. As primeiras indenizações decorrentes do processo de desapropriação das terras em função da obra ocorreram em Outubro de 2011 (TRIUNFO, 2011).

Segundo a empresa, foi feita avaliação do sistema viário municipal existente por meio de mapas rodoviários e vistorias em campo, visando propor trechos alternativos para substituir os que serão alagados. Também foi realizada a quantificação das redes de abastecimento de água e energia elétrica que serão atingidas (TRIUNFO, 2011).

Como as obras e a formação do lago da UHE Garibaldi exigiram o remanejamento das populações atingidas que habitam as áreas requisitadas para esse fim, foram elaboradas, por parte dos empreendedores, políticas de remanejamento da população atingida. Estas políticas

continham critérios de negociação, avaliação de patrimônio e a promoção na qualidade de vida desses moradores de forma a compensá-los.

O meio de compensação é a forma pela qual a empresa responsável pela construção da UHE Garibaldi pretende compensar os atingidos, pela criação do reservatório gerado pela obra. Foram adotadas as modalidades de compensação:

a) Indenização

Esta modalidade de remanejamento contou com a participação dos proprietários na determinação dos preços das terras e benfeitorias por meio de pesquisa de preço. As indenizações contemplaram valores de pagamento em reais, por hectare, com base em pesquisa referente a terras nuas, benfeitorias reprodutivas e benfeitorias não reprodutivas (RIMA, 2008)

b) Carta de Crédito para Auto reassentamento

Trata-se de documento emitido pelo empreendedor com fim exclusivo de garantir recursos financeiros para que o beneficiário adquirisse um imóvel. Nessa modalidade, a família se responsabiliza pelo seu próprio reassentamento por meio da busca e aquisição de uma propriedade compatível. Eram passíveis de enquadramento nesta modalidade todo o agricultor ou unidade familiar. A modalidade foi utilizada com não proprietários (arrendatários, parceiros rurais, agregados, posseiros), trabalhadores rurais que comprovadamente mantivessem ou tivessem mantido vínculo com a propriedade atingida pelo empreendimento, dela dependendo para a sua subsistência, até a data de fechamento do cadastro socioeconômico (RIMA, 2008).

Nas entrevistas realizadas com os atingidos em novembro de 2012, foi encontrado o seguinte perfil: na sua grande maioria são pessoas que nasceram no local, moram ali há mais de 20 anos, tem idade acima dos 40 anos, a renda familiar gira em torno de 2 a 3 salários mínimos. Observou-se um grande valor sentimental pela terra na qual nasceram por parte dos entrevistados.

Ao entrevistar esse público, sujeitos da pesquisa, encontrou-se um clima ainda de incerteza entre eles, pois as negociações ainda estavam ocorrendo; alguns já haviam chegado a um acordo com a empresa outros ainda não. Percebia-se a inquietação de quando iriam receber as indenizações e de quando teriam que deixar as propriedades.

A empresa realizou o levantamento topográfico ou físico, identificando o tipo de propriedade, as benfeitorias, o cadastro de todas as propriedades. O entrevistado I1, relatou a sua visão sobre a medição e levantamento das bem feitorias:

“veio o pessoal da empresa para medir, eu acompanhei o processo todo. [...] deram os papéis para a gente, com tudo que tinha na propriedade, depois vieram uns outros aí, para fazer a mesma coisa, a gente estranhou, pois já tinha feito tudo, mas disseram que tinha dado problema com a primeira empresa. Pois bem, mediram e levantaram tudo de volta, pior de tudo, ainda fizeram coisa errada, que eu tive quem me incomodar pra eles acerta”.

Outros entrevistados também relataram que duas empresas estiveram medindo suas terras em ocasiões diferentes. O entrevistado I1, quando perguntado quais foram os problemas com a segunda medição relatou: *“eles fizeram um negócio errado, colocaram nomes errados nos relatórios, deu uns transtorno para resolver”*. O mesmo problema relatou o entrevistado I3: *“fizeram umas coisas aí que eu vou te contar, me trocaram os nome de tudo mundo, o meu, os dos meus agregados”*.

O entrevistado C1, que foi contemplado com uma carta de crédito, comentou sobre as perguntas que lhe foram feitas na hora do cadastro: *“esses caras passaram cadastrando quantas pessoas tinha que morava na casa e se era casado, solteiro. Daí, baseado neste cadastro, foi que eles deram estas cartas de crédito para alguns”*.

A maioria dos entrevistados declarou que não estava contente com a condução que a empresa deu. Este aspecto desmobilizou e dividiu o grupo de atingidos e aparece na fala de I5:

“Foi feita uma associação pra ninguém vender antes as terras, era pra fazer um preço e um valor e acertar todos juntos. Só que já foram vendendo, não sei se ganharam mais dinheiro por isso. Quando nós vimos, a turma lá embaixo do canteiro de obra já tinha vendido tudo”.

O entrevistado I7 comentou que não havia chagado a nenhum acordo com a empresa e estava muito descontente: *“os cara vem aí me oferecem uma bagatela e querem que eu aceite, e tem que ser o que eles querem, é o preço deles, não vendo, não vendo e não vendo!”*.

Já o entrevistado I8, contou que chegou a um acordo com a empresa embora não fosse o acordo que ele pretendia: *“olhe, eu cheguei a um acordo, pois não ia adiantar os home tavão irredutíveis, fazer o que? Os home tem apoio do poder, nós, os pequenos, não temos vez mesmo”*.

Há casos também de pessoas que buscaram tirar proveito com a situação. Segundo os entrevistados, muitos proprietários depois de saber que iria sair uma barragem no local começaram a plantar no local em busca de ganhar mais dinheiro com as indenizações. Como relatou o entrevistado I2: *“teve gente aí, que quis bancar o esperto, começaram a plantar pé de laranja”*.

A maioria dos entrevistados, no momento da entrevista de 2012, estava vivendo um clima de incerteza, vendo a obra crescer e tendo de mudar de realidade. O entrevistado I6,

queixou-se da maneira que a empresa vê o processo, pois, segundo ele, a empresa só se preocupa com o lado econômico: *“nós tínhamos um quiosque lá na terra do meu pai, pagaram o valor dele, sem levar em consideração para que ele servia para nós. Se tratava de um local aonde nos íamos nos finais de semana para nos divertir, era um local onde reunia-se a família”*.

Outro beneficiado com carta de crédito, o C2, comentou a situação: *“dai tiraram meu ganha pão porque a gente trabalhava direto. Para plantar ano que vem não tem jeito, pois eles chegam de trator a vez é deles e não nossa”*.

Nos dias da realização das entrevistas em 2012, observou-se na comunidade o que eles chamam de mutirão, neste dia com a finalidade de malhar o milho, pois a empresa já havia adentrado no local para a remoção de árvores na beira do Rio Canoas. Desta forma, fazia-se urgente remover o milho de uma propriedade e toda a comunidade foi ajudar. O dono desta propriedade, entrevistado I4, estava muito emocionado e assim se expressou aos pesquisadores: *“morei a minha vida toda aqui, agora tenho que deixar tudo que construí, mas o que mais me revolta é o jeito que nos tratam, como objetos. O prazo nem passou e eles vão entrando e derrubando tudo, tudo o que a gente fez. Olhe esses pinheiros, fui tudo eu que plantei não vale nada para eles só indenizam a terra e as construções”*.

Observou-se que o momento da separação do atingido com a sua terra original parece ser sempre de sofrimento, devido ao apego afetivo à raízes e à história.

Além dos casos dos indenizados que tiveram que mudar-se, existem aqueles proprietários que só tiveram uma parte de sua propriedade afetada e permaneceram no mesmo local. Este foi o caso do entrevistado I9: *“eu não vou ter que me mudar, só vamos ter que mudar nossa casa de local, pena que os vizinhos vão embora”*.

Uma das principais mudanças relatadas aos pesquisadores percebidas pelos entrevistados atingidos pela construção da hidrelétrica é em relação à transferência dos vizinhos, pois o relacionamento entre eles era praticamente como a extensão da própria família, se conheciam há muito tempo, se ajudavam, frequentavam as casas uns dos outros, muitos tinham relações de compadrio. Com a mudança, muitos vão ficar longe uns dos outros o que acarreta grande tristeza e um sentimento de perda, principalmente para os mais idosos, conforme se observou no campo de estudos.

As entrevistas realizadas em novembro de 2012 demonstraram um clima de incerteza com o futuro e o descontentamento, entre os atingidos, com o resultado das negociações. Mas

como se trata de uma grande obra, que afeta a vida de toda a população de Abdon Batista, existem diversos outros fatores envolvidos, que esta pesquisa buscou captar.

Em março de 2013 quando os pesquisadores retornaram ao campo de estudo, encontraram o entrevistado I4, mesmo que em novembro de 2012 havia concedido entrevista, muito emocionado, pois estava deixando a propriedade na qual havia morado desde criança. Assim se expressou aos pesquisadores: *“hoje eu estou bem acomodado e aqui neste novo local que eu achei para morar é ótimo; eu esperava ser melhor indenizado, não deu! Mas estou feliz, não posso reclamar do lugar que encontrei, a gente vai se acostumado”*.

Esta tendência a aceitar e adaptar-se à nova situação foi observada entre os sujeitos da pesquisa atingidos pela barragem. Com o tempo e a inevitabilidade da situação, os atingidos foram aceitando a situação e percebendo mais os benefícios do que as dificuldades.

Os outros atores entrevistados, que atuam no setor público, no comércio e na empresa, têm enfatizado o lado positivo do empreendimento para o crescimento econômico do município. O exemplo disto, o entrevistado P1 ressaltou a importância da obra no local, pois vai trazer benefícios para o município de Abdon Batista: *“para o município esse empreendimento é bom, tem a utilização de mão de obra local e isso gera mais movimento para a economia local”*.

O entrevistado I4 ressaltou o apoio do município para a empresa responsável pela construção *“continuamos a apoiar o empreendimento como sempre o fizemos ao longo do tempo, de forma amistosa e respeitosa”*.

A construção da UHE Garibaldi gerou um aumento na procura de serviços locais e isso é percebido como muito bom pelos comerciantes locais devido ao que julgam ser crescimento econômico. O entrevistado E1, dono de uma lanchonete, contou que observa uma maior procura pelo seu serviço desde que a obra começou e declarou-se muito satisfeito.

A construção da UHE Garibaldi aumentou também a procura por serviços públicos como educação e saúde e também foi observado um aumento na busca de serviços bancários. A procura por imóveis para alugar e comprar na região também cresceu. O entrevistado E2, que atua numa loja de materiais de construção disse aos pesquisadores: *“a procura de matérias de construção aumentou nesses últimos meses com a barragem, pois tem bastante pessoal construindo casas para alugar, também tem o pessoal que se mudou com a barragem e sempre tem alguma coisa para ajeitar na casa nova”*.

O posicionamento da empresa, declarado aos pesquisadores, é o de buscar benefícios para o município. O entrevistado B1, ressalva que a construção da UHE nunca vai agradar

todo mundo, e gera sim algumas mudanças, mas declara o compromisso com a minimização de eventuais perdas: “sabemos que não vamos agradar todo mundo, mas uma obra deste porte trás muito mais benefícios do que eventuais prejuízos”.

Como qualquer tipo de empreendimento, a construção da UHE Garibaldi, gera diversas percepções, pois são múltiplos atores envolvidos. Para amenizar os impactos, a empresa adotou, por força de contrato, algumas medidas mitigadoras. A Construtora Triunfo e as demais empresas ligadas a obra, tomaram por base, para estas medidas, uma série de programas.

O projeto básico ambiental (PMA) da Usina Hidrelétrica Garibaldi contempla 24 programas que serão desenvolvidos a fim de compensar possíveis interferências causadas pela implementação do empreendimento, sendo os principais: Programa de Supervisão ambiental; Programa de Readequação dos Serviços de Saúde; Programa de Remanejamento e Reinserção; Programa de Realocação e Recomposição dos Núcleos Comunitários; Programa de Manutenção e Recomposição de Infraestruturas; Programa de Compensação Ambiental; Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico; Programa de Monitoramento do Lençol Freático; Programa de Monitoramento e Manejamento das Margens do Reservatório; Programa de Monitoramento da qualidade da água. Eles estão sendo executados em etapas, de acordo com o avanço de empreendimento (RIMA, 2008).

Diversas ações já foram feitas no escopo programas, o Programa de recuperação de áreas degradadas, por exemplo, já plantou mais de seis mil mudas de plantas nativas no canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Garibaldi.

A empresa declarou aos pesquisadores que desenvolve diversos projetos, visando diminuir as perdas que a UHE Garibaldi gera. Esses projetos já estão sendo desenvolvidos, visando a recuperação ambiental e o bem estar social. Segundo ela, vem apoiando eventos culturais na região, interagindo com a população por meio de visitas à barragem, oferecendo estágios para alunos de cursos superiores e apoiando os programas sociais do município.

Este artigo buscou descrever as diferentes percepções sobre as mudanças para a comunidade geradas pela construção da UHE Garibaldi, no município de Abdon Batista (SC). Em resumo, as principais percepções dos entrevistados estão listadas no quadro 1.

Quadro 1: Resumo das percepções dos entrevistados

Itens	Visão Indenizados / Atingidos	Visão agentes públicos/comerciantes	Visão Empresa
Deslocamentos	A princípio sofreram com a mudança de sua terra natal e com a perda das relações de vizinhança. Com o tempo	O movimento e novas construções percebido positivamente devido	Viu como natural e parte do processo.

	foram se acostumando com a situação.	ao dinamismo que deu ao comércio.	
Indenizações	Os atingidos não ficaram satisfeitos com o valor apresentado pela empresa.	Não comentaram	As indenizações foram pagas de acordo com o que as terras realmente valiam.
Negociações	Sentiram-se tratados apenas como peça do negócio, esquecendo o sentimento deles sobre deixar o lar e sobre as relações de pertença e vizinhança.	Não comentaram	Serão tomadas as medidas necessárias para minimizar eventuais perdas causadas pela construção da UHE Garibaldi.
Benefícios para o município	Não comentaram	Houve uma alteração significativa na oferta e demanda de produtos e serviços na região.	A obra traz grandes benefícios para o município que vão desde o ponto econômico, até a oportunidade de turismo.

Fonte: Dados da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os atores envolvidos no processo de instalação da usina que vão desde os atingidos, os trabalhadores que usavam as terras, os comerciantes locais, governantes a empresa envolvida na construção da UHE Garibaldi e a população de Abdon Batista em geral, têm diferentes percepções sobre este empreendimento. Observou-se que os atingidos têm as maiores ressalvas ao processo, sobretudo referente à forma como foram conduzidas as negociações com a empresa e sobre a perda das relações de vizinhança e o deslocamento da terra natal. Mas os pesquisadores observaram, no segundo tempo das entrevistas, que há uma tendência à acomodação e aceitação, por parte dos atingidos da nova situação a que estão submetidos.

Embora seja possível considerar que a metodologia utilizada pelos empreendedores para remanejar a população atingida pela UHE possibilitou, por meio de carta de crédito, o acesso a terra na condição de proprietário para algumas unidades familiares rurais, e assim, num primeiro momento, favoreceu que permaneçam atuando na agricultura.

Os moradores que foram impelidos a mudar de local sofreram o maior impacto. Também se observou certo descontentamento deles em relação às negociações, sobretudo nos aspectos financeiros, demorando a chegar a um acordo, ou mesmo levando a questão para esfera judicial.

Captou-se uma reclamação por parte dos atingidos devido ao modo pelo qual eles disseram que foram tratados, pois, segundo estes entrevistados, o negociador por parte da

empresa não estava suficientemente qualificado para tratar com essas pessoas, em sua maioria pequenos agricultores e pessoas idosas.

Outras das consequências da implantação da Usina Hidrelétrica Garibaldi no município de Abdon Batista, foram apontadas, tais como o aumento temporário da população em virtude dos trabalhadores vindos de outras regiões para a construção da obra, o aumento da demanda por materiais e prestação de serviços, e a migração dos atingidos para novos locais de moradia. Essas são, possivelmente, apenas as primeiras consequências do empreendimento que está em fase de construção.

Com a geração do lago que está por vir, afetará, certamente, questões de infraestrutura, como o alagamento de estradas que terão que ser construídas em novos locais para dar acesso ao município, além dos impactos ambientais.

Do ponto de vista do Município de Abdon Batista, a barragem traz ganhos, pois a empresa responsável pela construção da UHE Garibaldi, já repassou recursos referente a construção da hidrelétrica, além de apoiar projetos no município que podem ajudar na melhoria da infraestrutura e na qualidade de vida de seus moradores.

Na visão da empresa ela está atendendo o que a lei determina e agindo de maneira a mitigar o impacto da implantação do empreendimento. A UHE Garibaldi ainda está em construção. O lago do reservatório ainda não foi feito, existem pessoas ainda morado em áreas que serão alagadas, mas nesse momento esse estudo já pode observar alguns dos problemas que uma construção desse porte pode criar, confirmando outros trabalhos sobre o mesmo tema. Como a construção ainda esta em andamento, as percepções podem mudar com o decorrer do tempo, como foi evidenciado até mesmo pelo lapso temporal entre as duas séries de entrevistas.

Como um estudo de caso não tem a pretensão de generalizar, este estudo apenas visou trazer luzes e novo ponto de vista sobre este tema que precisa ser constantemente monitorado e analisado. A particularidade deste caso está na captura do sentimento dos que estavam sendo deslocados e a observação de que em pouco tempo eles parecem estar aceitando melhor a situação. Ressalta-se a importância de novos estudos com o decorrer da obra e após o término da sua construção.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, R. F. **A questão legal e ambiental das barragens ‘free the rivers and the minds will follow’**. In FREITAS, V. P. (coord.). Direito ambiental em evolução. Curitiba: Juruá, 2002.
- BERMANN, C. **Impasses e controvérsias da hidreletricidade**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 21, n. 59, abr. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142007000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 nov. 2012.
- CME. Conselho mundial de energia. A Energia Mundial e suas Políticas Climáticas. 2009. Disponível em <<http://www.cbcme.org.br/>>. Acesso em 10 nov. 2012.
- FOSCHIERA, A. A. Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia – Universidade Estadual Paulista/Presidente Prudente (FCT/UNESP). Presidente Prudente, 2009.
- IL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Editora Atlas, 2002.
- CIGB, Comissão Internacional de Grandes Barragens, 2011. Disponível em <www.cbdb.org.br/>. Acesso em 02 fev. 2013.
- LOCATELI, C. (2009). **A comunicação do estado, do mercado e da sociedade civil em torno da usina hidrelétrica Foz do Chapecó**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, PPGCOM/UFRGS.
- MELLO, F. M. **A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens** [editor, Corrado Piasentin]. Rio de Janeiro: CBDB, 2011.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- MME. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA/EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2008 – 2017**. Rio de Janeiro, RJ: EPE, 2009.
- MONTOIA, P. **Água, o Ouro Azul do nosso século**. [S.l.]: Moderna, 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA. **Histórico do Município**. Disponível em: <www.abdonbatista.sc.Gov>. Acesso em: 11 ago. 2013.
- RIMA. **Relatório de impacto ambiental UHE Garibaldi**. Setembro 2008.
- SELLTIZ, C. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.
- SILVA, A. D. **O Reassentamento Rural de Itaparica: conflitos e Transformações no espaço agrário do Submédio São Francisco – Bahia/Pernambuco**. 1997. Dissertação (Mestrado em

Geografia). Departamento de Ciências Geográficas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

TRIUNFO. **UHE Garibaldi Gerando Desenvolvimento Sustentável**, 2011. Disponível em: <<http://jornais.clipagem.com.br/jornais/2012/12/19/20121219correiodoslagosanitagaribaldi10.pdf>>. Acesso em 12 mar.2013.

VECCHIA R. **Impactos provocados por usinas hidrelétricas** Disponível em:<http://www.observadorpiraju.com.br/coluna_rodnei.asp?id=2763 > Acesso 07. Set. 2012